



O QUE A POLÍTICA TRANS DO EQUADOR TEM A NOS ENSINAR?

Leandro Colling¹

Pesquisadores que, como eu, utilizam a teoria queer em seus trabalhos, defendem a existência da fluidez das identidades e apontam os problemas das perspectivas essencialistas das políticas identitárias já devem ter, em algum momento, sido criticados com frases do tipo: “Mas como fazer política assim? Como lutar por direitos se não temos um sujeito para representar? Isso tudo é muito bonito no discurso, mas é impossível na prática”.

Alguns dos críticos vão ainda mais longe e chegam a co-responsabilizar os pesquisadores queer pela manutenção da violência sofrida pelos integrantes da comunidade LGBTTTIQ².

Essas críticas sempre me incomodaram, desde o início de minhas aproximações com a teoria queer. Nessas ocasiões, eu pergunto aos colegas: “será que podemos usar as velhas formas de fazer política aos pensarmos em políticas não-essencialistas, pós-identitárias? Será que não devemos pensar em outras formas de fazer política para dar conta desse outro referencial teórico?”. Ou seja, nunca me conformei com essas críticas que tentam desqualificar a teoria queer ou quaisquer outros autores que aderem às perspectivas pós-identitárias, pós-estruturalistas e não-essencialistas.

Mas, ao mesmo tempo, não encontrava na prática alguma experiência que pudesse comprovar que é possível sim fazer política dentro de uma perspectiva queer e antiessencialista. O dilema acabou quando, em outubro de 2009, conheci o PROYECTO TRVNSGEN3RO³, de Quito, capital do Equador.

Eu estava na cidade para participar do XIX Congresso Anual da Associação Internacional de Literatura e Cultura Feminina Hispânica. Lá conheci a pesquisadora Margarita Camacho Zambrano, que estava a lançar um livro sobre a vida das travestis em uma prisão daquele país. Eu já sabia da existência do movimento trans de Quito e perguntei a ela como poderia conhecer o PROYECTO TRVNSGEN3RO. Ela prontamente se ofereceu para me levar até a chamada Casa Tr@ns, localizada no tradicional bairro La Gasca.

¹ Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas e Professor da Universidade Federal da Bahia. E-mail: leandro.colling@gmail.com

² Esse foi o conteúdo de parte da fala do professor Luiz Mott, no debate realizado após a palestra do professor Richard Miskolci, na 3ª Mostra Possíveis Sexualidades, na tarde do dia 11 de junho de 2010, na Caixa Cultural, em Salvador. Em outro momento, em conversa pessoal comigo, Mott já disse: “Teoria queer? Nunca li, nunca vou ler e odeio!”. A sigla se refere a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Transexuais, Intersexos e Queer.

³ Agradeço a professora Milena Brito por ter me apresentado as atividades da Casa Tr@ns. Irei sempre usar a mesma grafia usada pel@s ativistas do referido movimento para se referir ao projeto e à Casa.



Ao chegarmos lá, fomos recebidos pela ativista trans Shirley Valverde, acompanhada por um cachorro de grande porte. Ao passarmos pelos altos muros, fomos para sala onde estava acontecendo uma oficina de teatro ministrada por um trans. Shirley e outr@ trans do Peru, que passava alguns dias em Quito, eram @s alun@s. Logo depois, eu receberia a informação de que a Casa, atualmente, recebe trans de várias partes do mundo, que vêm conhecer a experiência para, depois, quem sabe, implantar algo semelhante em seus países de origem.

As paredes da Casa são decoradas com fotos de trans famosas e das apresentações d@s trans que integram ou integraram o projeto. Entre as fotos, destaque para as apresentações do espetáculo Trans Tango. O tango é usado para “fazer uma crítica ao patriarcado que oprime os corpos e os desejos” e para “reivindicar o direito das identidades trans a participar da vida cultural da comunidade”, consta no site do projeto.

Ao usar o banheiro, outra pista do que eu encontraria pela frente. Na porta, uma placa avisa: “Deixe o gênero aí fora”. A placa, dizem @s trans, “faz referência ao controle que exerce a instituição sexuada dos sanitários públicos”. Ora, apenas esses poucos minutos no local já foram mais do que suficientes para chamar a minha atenção. Aposto que o mesmo aconteceria com qualquer estudioso da teoria queer.

Exatamente naquele mesmo semestre (2009.2), eu ministrava a disciplina de Cultura e Identidade no Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Identidade da Universidade Federal da Bahia e, entre os textos selecionados para discussão, estavam Butler (2003, 2002), Bondi (1999), Mouffe (1999) e Gamson (2002). Todos, de formas distintas, problematizam as políticas identitárias essencialistas e tentam oferecer alternativas epistemológicas para solucionar os nossos dilemas traduzidos brevemente nas críticas que pontuei no início desse texto.

O texto de Gamson (2002), em especial, não saiu da minha cabeça durante as cerca de três horas em que permaneci na Casa Tr@ns. Gamson (2002) aponta as vantagens e desvantagens tanto das políticas identitárias essencialistas (que, para ele, atacam mais a “opressão institucional”) e não-essencialistas⁴ (que atacam mais o que ele chama de “opressões culturais”) e, ao final, lança a

⁴ Optarei por não realizar aqui uma revisão da discussão sobre o que são as perspectivas essencialistas e anti-essencialistas, as suas subdivisões e como elas podem ser identificadas nos trabalhos acadêmicos, nas estratégias e discursos dos movimentos sociais. Os próprios autores que invoco nesse texto já fizeram isso com grande competência. Apenas a título de esclarecimento, ressalto que as políticas identitárias inscritas dentro de uma perspectiva essencialista podem ser vistas nas estratégias de afirmação das identidades, na criação de categorias identitárias que possibilitem a união do grupo e na constituição de um sujeito político centrado e uno. O essencialismo pode aparecer de variadas formas. A sua forma mais refinada, como essencialismo estratégico, defendido por vários autores, ou a sua forma mais simples, como ontologia. As visões essencialistas podem recorrer a “verdades biológicas/naturais” das identidades ou a uma história fundante, que deve e pode ser recuperada pelos movimentos. Elas aparecem, por exemplo, nos discursos que relacionam a “raça” negra = identidade negra ou na consideração de que o gay é igual ao heterossexual, ou que a



pergunta: como seria possível aliar, em um mesmo movimento, essas duas políticas? O texto de Gamson passou a ecoar ainda mais nos meus pensamentos depois que comecei a conversar com Elizabeth Vásquez e Ana Almeida⁵. A primeira é a fundadora do PROYECTO TRVNSGEN3RO e a segunda é a atual diretora executiva. Com uma simpatia e entusiasmo impressionantes, as duas me contaram boa parte da história do movimento. Depois da conversa, eu, emocionado, disse: “você, em boa medida, conseguiram aliar, em um mesmo movimento, políticas identitárias e políticas pós-identitárias com uma grande influência da teoria queer”. Elas riram, concordaram e pediram um depoimento por escrito no qual eu dissesse isso na condição de pesquisador da área. Decidi fazer mais do que isso. Decidi escrever esse texto e submetê-lo a esse GT do Fazendo Gênero.

Elizabeth me contou que quando saía da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Equador, uma instituição “conservadora e careta”, ela sempre atravessava a rua para não passar no meio das travestis que se prostituíam naquele local. Naquele período, ela se identificava como lésbica e, em uma determinada noite do ano de 2001, resolveu passar no meio das travestis. Começa aí a articulação dela com as trans.

Aos poucos Elizabeth foi fazendo amizade com as travestis, em especial com Yelina Fuertes Lafayette, e passou a ver todas as humilhações, perversidades e desrespeito pelas quais elas passavam. Neste momento, ela teve a idéia de criar a chamada Patrulha Legal, que consiste no acompanhamento contínuo das trans durante o período em que elas estão nas ruas da cidade, à noite.

homossexualidade e a heterossexualidade são normais, no sentido de que são determinadas pela natureza ou até por Deus. Gamson (2002) aponta que as políticas essencialistas trabalham com a idéia de identidades coletivas, fixadas temporariamente ou não e atacam mais o que ele chama de “opressão institucional”.

O essencialismo passou a ser muito criticado, em especial o ontológico, a partir das discussões sobre a teoria do sujeito, abastecida por uma série de autores, muitos deles filiados ao pós-estruturalismo, também chamados, genericamente, de pós-identitários. Uma visão não-essencialista sobre as identidades irá destacar e até festejar as diferenças, as características comuns e partilhadas, as mudanças das identidades. Também irá defender que não há uma identidade “verdadeira”, não negará o passado, mas admitirá que sempre ocorre a reconstrução das identidades. Essa perspectiva irá perguntar: quem nós podemos nos tornar, ao invés de quem nós somos ou de onde viemos, irá reconhecer a multiplicidade das diferentes culturas e identidades: de “raças”/etnias, gêneros, classes, regiões. Irá trabalhar com a construção e o cruzamento das identidades, ao invés dos binarismos, das dicotomias, da fixação e dos ideais de pureza. Entre os não-essencialistas também podemos encontrar subdivisões. Há aqueles que defendem políticas fluídas, que atacam os reducionismos (de classe, cor, sexo, gênero etc), criticam a identidade como algo natural e fixo. Outro grupo defende políticas pós-identitárias, como os teóricos queer, que desejam a subversão das identidades e das categorias por acreditar que as identidades são ideais normativos, sempre excluem alguns e impedem a singularidade dos sujeitos. Segundo Gamson (2002), essas políticas desconstruem as identidades coletivas e atacam mais o que ele chama de “opressão cultural”.

⁵ As declarações de Elisabeth e de Ana foram coletadas na entrevista que realizei com el@s na Casa Tr@ns, mas alguns dados também foram retirados e confirmados no site do PROYECTO TRVNSGEN3RO (<http://www.proyecto-transgenero.org/>) e da entrevista que Elisabeth concedeu à Revista Íconos, de Quito. Nesse texto, quando uso a entrevista concedida à Íconos, faço a referência dentro das normas da ABNT. O mesmo não ocorre quando uso trechos da entrevista que elas me concederam. Nessas ocasiões, de forma proposital, uso a forma mais utilizada nas reportagens.



A Patrulha funciona, entre outras coisas, como uma defensoria, com um advogado ou advogada, que está sempre por perto das trans para protegê-las contra qualquer discriminação, seja oriunda da população ou da Polícia. “As trans sofriam muita perseguição policial. Os policiais chegavam e diziam: e aí cambada de viados, todos para o muro, vamos revistar todos! Agora eles chegam dizendo: senhoritas transgêneros, por favor, se posicionem porque faremos uma revista em todas”, conta Elizabeth, rindo de como fiquei boquiaberto ao ouvi-la.

Através dessa vivência na Patrulha Legal, Elisabeth e outr@s ativistas que passaram a integrar o grupo (ela, Yelina, Marlon Vinuesa e Andrés Ayala), passaram a pensar em leis que protegessem as travestis. Anos depois, essas mesmas normas e leis foram apresentadas e aprovadas no Congresso Nacional e passaram a vigorar nas repartições públicas. Eis algumas das conquistas do PROYECTO TRVNSGEN3RO dentro do marco legal, destacadas em seu site:

2003: Começaram a impedir detenções arbitrárias das trabalhadoras sexuais trans.

2004: Apresentaram os primeiros projetos de lei ao então Congresso Nacional: *Lei Orgânica para Prevenir e Eliminar Todas as Formas de Discriminação ("Lei Anti-discriminação")* e *Reformas no Código Penal para a Tipificação de Crimes de Ódio por Sexo, Orientação Sexual e Identidade de Gênero*. Formularam o primeiro contrato notarial utilizado no Equador para regular a situação patrimonial de casais do mesmo sexo. Litigaram os primeiros casos de mudança de nome e sexo com argumentação de direito a identidade de gênero (os casos anteriores se baseavam em cirurgias de mudança de sexo).

2005: Participaram do levantamento e argumentação dos Casos Clínicos, denunciando a existência de clínicas de reabilitação de pessoas sexual e identitariamente diversas, junto ao Taller de Comunicación Mujer y Fundación Causana.

2007: Ganharam o caso paradigmático *Ciudadana Luis Enrique Salazar contra el Registro Civil del Ecuador*, que marca um antes e um depois nos temas de identidade civil no país ao introduzir: disposição obrigatória a respeito da imagem trans na carteira de identidade e normas para a confecção das carteiras (nome e sexo) de pessoas transgênero.

2008: Fizeram a redação de vários dos avanços na diversidade sexual plasmados na nova Constituição: sistema anti-discriminatório, não discriminação por identidade de gênero, titularidade coletiva dos direitos, crimes de ódio e famílias alternativas.

2009: Redigiram o *Capítulo de Procedimientos Género-sensibles del Manual de DDHH de la Policía Nacional*, conseguindo introduzir regimes jurídicos de proteção ao trabalho sexual nas ruas, uso do gênero em partes policiais, uso progressivo da força em função da intervenção corporal, entre outros avanços.

Ou seja, de um marco legal que penalizava a homossexualidade, Equador se transformou, a partir da nova constituição de 2008, em um país que reconhece a união civil entre pessoas do mesmo sexo e possui uma série de leis e garantias que protegem as pessoas de vários preconceitos que podem ter origem na discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Hoje, pelo menos 120 trans de Quito possuem uma carteirinha, criada pelo Projeto, onde consta o nome cultural, o nome legal, o gênero, o sexo legal, a intervenção corporal realizada, a idade e o nome da associação a qual el@s pertencem. No verso, estão elencados todos os artigos que protegem @s trans de qualquer forma de discriminação. “Assim, as próprias trans sabem como se defender e citam os artigos para os policiais. A carteirinha fez tanto sucesso que agora outros



trabalhadores das ruas de Quito, que também são marginalizados, como as mulheres prostitutas e os vendedores de rua, também querem algo semelhante e nós iremos fazer”, disse Ana.

Em 2009, a carteirinha e a Patrulha Legal também já foram “exportadas”, segundo as ativistas, para o movimento do Paraguai.

Essa pré-disposição das integrantes do PROYECTO TRVNSGEN3RO em contemplar outros grupos discriminados em sua luta não é aleatória ou gratuita. É a partir daí que podemos começar a entender como as estratégias da Casa Tr@ns não estão voltadas apenas para atacar a opressão institucional, como diz Gamson (2002). Logo que o trabalho com @s trans foi iniciado, Elisabeth percebeu que necessitaria muito mais do que pensar a identidade trans e/ou trabalhar apenas para dentro do seu grupo. A abertura da Casa Tr@ns⁶, no bairro tradicional e conservador de Quito, provocou a necessidade de, como elas dizem, “transgenerizar o bairro”.

E como isso foi feito? “No início jogavam lixo no nosso quintal e pichavam o muro com ofensas. Hoje isso não acontece mais e, inclusive, aumentaram os preços dos aluguéis por aqui porque muitas pessoas querem vir morar nesse bairro que respeita a diversidade. Isso é fruto de um trabalho de três anos de sensibilização. As trans foram de porta em porta para se apresentar: ‘Bom dia, meu nome é tal e sou sua vizinha’. Você gostaria de conhecer nossa casa? Apenas uma pessoa não atendeu as trans e muitos vizinhos vieram nos visitar e viram o que fazemos aqui”, conta Ana.

Nesse processo de conquistas, foi fundamental, segundo as ativistas, desenvolver parcerias com vários outros grupos discriminados. Assim, parcerias vitais foram feitas com o movimento feminista e com os representantes dos imigrantes. Com as mulheres, a parceria se estabeleceu pelo direito ao próprio corpo, vital tanto para as feministas como para @s trans. Já com os imigrantes, foi vital se aliar para defender as novas composições familiares. “Isso foi importante para a aprovação das leis no Congresso. Mas também foi fundamental o clima político do país e a determinação do presidente Rafael Correa, que não cedeu aos apelos dos religiosos”, conta Elisabeth.

Ao enfatizar o papel do presidente, a ativista destaca que o PROYECTO TRVNSGEN3RO não deve ser considerado como o único responsável pelas conquistas elencadas nesse texto, mas que foi um dos atores importantes em todo o processo. Elisabeth também destaca que muitas votações, no Congresso, foram realizadas em bloco, o que permite inferir que alguns projetos, se fossem

⁶ A Casa Tr@ns inicialmente teve o propósito de retirar @s trans de um albergue onde elas viviam em condições precárias. Hoje, a Casa ainda abriga algum@s trans, mas funciona muito mais como um local de encontro, de discussão e de realização de oficinas e demais trabalhos coletivos.



votados isoladamente, sem estarem incluídos em uma revisão total da Constituição, poderiam não ser aprovados pelos deputados.

Entre as estratégias de sensibilização, outra que chama a atenção são os convites realizados por elas para que outros grupos discriminados venham jantar na Casa Tr@ns. Pessoas da terceira idade e até roqueiros já passaram pela cozinha da Casa. “No início cada um está em um dos cantos da cozinha. No final estão todos confraternizando, pois passam a compreender que todos são discriminados pela sociedade. Com os roqueiros de Quito foi muito interessante. Hoje eles são nossos parceiros”, festeja Ana. Os garotos de programa, respeitados por se auto-identificarem como heterossexuais, também foram contemplados nas estratégias de sensibilização, assim como as mulheres negras e o movimento indígena.

Essas conquistas o PROYECTO TRVNSGEN3RO considera como conquistas sociais e culturais, enquanto que as mudanças nas leis são consideradas como conquistas legais. No entanto, percebe-se que as conquistas são completamente inter-relacionadas, andam praticamente no mesmo ritmo e são realizadas concomitantemente. Ao mesmo tempo, o PROYECTO TRVNSGEN3RO também conseguiu capacitar 1.500 policiais para que eles sejam sensíveis aos problemas de gênero e, fundamentalmente, trabalhou na capacitação das próprias trans, que tiveram a oportunidade de realizar vários cursos e oficinas. Algumas delas, inclusive, aprenderam a ler na Casa Tr@ns. Aulas de Kiwcha, língua dos povos indígenas, também são ministradas para @s trans.

Nesse processo de capacitação talvez o mais fundamental tenham sido e ainda o sejam as discussões e vivências sobre o universo e as identidades trans. Na Casa Tr@ns de Quito é difícil definir qual seja o “sexo biológico” de boa parte de quem por lá passou ou passa. Não se trata de uma casa de travestis, mas de uma série de pessoas que transitam entre os gêneros e os sexos. As discussões sobre as múltiplas identidades trans, provocadas pelo PROYECTO TRVNSGEN3RO, talvez expliquem as grandes diferenças entre as trans da Casa Tr@ns e as travestis, por exemplo, estudadas no Brasil por Kulick (2008) e Benedetti (2005) que, muitas vezes, manifestam opiniões conservadoras e permanecem presas ao binarismo de gênero.

Os dois autores, ainda que destaquem a ambigüidade do gênero das travestis que analisam em cidades e épocas distintas, apontam como a heteronormatividade e o essencialismo incide fortemente sobre elas. Vejamos:

As travestis, de fato, não se consideram homens nem mulheres, como vimos, e referem-se usualmente a si mesmas como bichas e ‘viados’. No entanto, eu nunca ouvi, durante toda a pesquisa, qualquer sugestão vinda delas que pudessem formar um terceiro gênero ou um terceiro sexo. (...) as travestis gastam muito tempo procurando situar-se em relação a um binarismo generizado muito específico (Kulick, 2008, p. 236).
(...) as travestis vão ao encontro da noção, mais aceitável em nossa sociedade, de que os ‘desvios’ têm uma causa orgânica ou natural, não sendo resultado de uma deliberação do sujeito. (...) As travestis se apóiam na



perspectiva ‘naturalista’ sobre o gênero e sobre a sexualidade para explicar e justificar as práticas que contrariam aquilo que é socialmente esperado delas (Benedetti, 2005, p.101-102).

Não temos condições de apontar conclusões incisivas sobre isso, mas, ao que parece, problematizar as identidades trans para as travestis da Casa Tr@ns foi fundamental para que el@s concordassem em estabelecer parcerias com outros grupos identitários e aceitar de uma forma mais tranqüila a variedade de sujeitos trans (pessoas que nasceram com “sexo biológico” masculino e assumem um gênero feminino, pessoas que nasceram com “sexo biológico” feminino e assumem um gênero masculino, os que assumem uma identidade andrógina, as drags queens, os drags kings etc).

E mais: essas discussões sobre o trânsito entre os gêneros, caras à teoria queer, devem ter sido fundamentais para a aceitação da liderança da própria Elisabeth entre as trans. Isso porque, até a fundação do PROYECTO TRVNSGEN3RO, ela tinha muito mais uma identidade lésbica do que trans, como ela se identifica atualmente. O que quero dizer é que, possivelmente, todas essas vivências tenham possibilitado a compreensão de que todos nós, independente de quem sejamos, transitamos, em algum nível, entre os gêneros, que os gêneros são performativos, gerados por um regime que regula as diferenças e as hierarquiza de forma coercitiva (Butler, 2002, p. 64) e, como diz Preciado (2008, p.96), de como todos os corpos estão “submetidos aos mesmos processos de produção tecno-biológica”.

Essas estratégias combinam muito com as idéias de Mouffe (1999), quando ela fala da necessidade de “articulação das exigências democráticas reivindicativas por diferentes movimentos: as mulheres, os trabalhadores, os negros, os homossexuais, os ecologistas, assim como outros ‘movimentos sociais novos’” (Mouffe, 1999, 42). Mais adiante, ela fala de como essas articulações podem criar “pontos nodais”, “fixações parciais” e “formas precárias de identificação ao redor da categoria de ‘mulheres’, que proporcionem a base para uma identidade feminista e uma luta feminista” (Mouffe, 1999, p.46).

Elisabeth Vásquez se define, entre outras coisas, como transfeminista e, nesse momento, parece dialogar explicitamente com Mouffe. Perguntada sobre o que é o transfeminismo, a criadora do PROYECTO TRVNSGEN3RO responde:

Creio em uma aliança entre mulheres, pessoas femininas, pessoas feminilizadas, homens que ocupam o lugar ‘do feminino’ na sociedade patriarcal e entre todas as pessoas (mulheres, homens e trans de qualquer condição sexo-genérica) que tenham consciência política feminista. Creio que, ainda que a opressão patriarcal se manifeste de diversas formas segundo o lugar sexo-genérico que ocupemos, é a mesma opressão (LIND e PAZMIÑO, 2009, p.99)



Mouffe (1999, p. 46) cita a pergunta de Butler em *Problemas de gênero* (“Qual a nova forma de política que emerge quando a identidade, como uma base comum, já não constrange o discurso da política feminista”) e diz:

Minha resposta é que visualizar a política feminista dessa maneira abre a oportunidade muito maior para uma política democrática que aspire à articulação das diferentes lutas contra a opressão. O que emerge é a possibilidade de um projeto de democracia radical e plural. Para ser formulado adequadamente, tal projeto requer descartar tanto a idéia essencialista de uma identidade das mulheres *como* mulheres, como a tentativa de estabelecer as bases de uma política específica e estritamente feminista.

Já Bondi (1999, 246), ainda que também reconheça as limitações das políticas essencialistas, de afirmação das identidades, defende “a importância estratégica de certas versões do essencialismo”. Na conceituação proposta por Bondi, “as ficções sobre a identidade são essenciais, e o essencialismo (o humanismo) é apresentado estrategicamente em vez de ontologicamente” (1999, p. 262). Ainda que a prática política do PROYECTO TRVNSGEN3RO também parece contemplar as reflexões de Bondi, vale a pena voltar a Butler (2003, p. 22), que diz: “fazer apelos à categoria das mulheres, em nome de propósitos meramente ‘estratégicos’, não resolve nada, pois as estratégias sempre têm significados que extrapolam os propósitos a que se destinam”.

As diferenças entre Mouffe e Bondi parecem sutis, mas existem, e ficam mais claras quando continuamos ouvindo a primeira:

A política feminista deve ser entendida não como uma forma de política, projetada para a realização do interesse das mulheres *como* mulheres, mas como realização das metas e aspirações feministas dentro do contexto de uma mais ampla articulação de reivindicações (...) Meu argumento principal é que, para as feministas comprometidas com um projeto político cuja aspiração seja lutar contra as formas de subordinação existentes em muitas relações sociais, e não só contra aquelas vinculadas ao gênero, uma interpretação que nos permite entender como é construído o sujeito através de diferentes discursos e posições de sujeito é certamente mais adequada que uma interpretação que reduza nossa identidade a uma posição singular, seja de classe, raça ou gênero (Mouffe, 1999, p. 262-263).

Completando a lista iniciada por Mouffe, eu diria que também não é possível reduzir a nossa identidade a uma posição de “lugar”, como pretende Bondi, ao entender o lugar (o onde estou? na política da identidade) como a essência, sugerindo que “o ‘essencialismo’ do ‘antiessencialismo’ é inerente à idéia de lugar ou posicionalidade”. Eis aí talvez a chave para entender as diferenças conceituais, pois alegar que existe essencialismo no antiessencialismo é não compreender as posições dos antiessencialistas, que não pretendem abdicar totalmente da identidade, ou de um processo que levará alguém a se identificar com algo. O que esse conjunto de autores aponta são os limites das políticas identitárias essencialistas, os processos de exclusão e o engessamento que elas provocam. Por isso, a ênfase do *queer* para com o indefinível, o estar em trânsito, o *devenir*. Compreendido dessa forma, dizer que o *queer* é indefinível jamais pode ser interpretado como uma



postura essencialista. Só pensa assim quem não quer entender ou não entende os argumentos apresentados nesses trabalhos.

Enfim, o PROYECTO TRVNSGEN3RO parece acompanhar bem as propostas de Mouffe e também se inspirar em Butler (2003, p. 23), quando ela propõe “uma política feminista que tome a construção variável da identidade como um requisito metodológico e normativo e como um objetivo político”.

Então voltemos a pergunta de Gamson: existem movimentos sociais capazes de lutar simultaneamente com os dois sistemas de opressão (culturais e institucionais)? Ele já dizia que é falso o dilema de pensar as políticas afirmativas/essencialistas/identidades coletivas *versus* políticas antiessencialistas/identidades singulares. No entanto, assim como eu, parece que ainda não tinha encontrado um movimento que atacasse ao mesmo tempo os dois sistemas de opressão e conseguisse colaborar com conquistas tão significativas como as verificadas no Equador⁷. Parece que o PROYECTO TRVNSGEN3RO de Quito oferece uma boa resposta, com outras formas e estratégias políticas só poderão ser conduzidas e implementadas por pessoas com novos referenciais teóricos, grandes capacidades de aglutinação e diálogo.

Bibliografia

BENEDETTI, Marcos. *Toda feita. O corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BONDI, Liz. Localizar as políticas de identidade. In: *Debate Feminista*. Ed. Especial Cidadania e Feminismo, México / São Paulo, 1999, p.245 a 265.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Críticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. *Sexualidades transgresoras. Una antología de estudios queer*. Barcelona: Icária editorial, 2002, p. 55 a 81.

GAMSON, Joshua. Deben autodestruirse los movimientos identitarios? Un extraño dilema. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. *Sexualidades transgresoras. Una antología de estudios queer*. Barcelona: Icária editorial, 2002, p. 141 a 172.

KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

⁷ Em uma nota de rodapé de seu texto, Gamson apenas cita que o movimento anti-Aids ACT UP oferece a promessa de um ponto de partida nessa direção, mas que os ativistas não chegam a concretizá-la.



LIND, Amy e PAZMIÑO, Sofía Argüello. Activismo LBGTIQ y ciudadanías sexuales em el Ecuador. Um diálogo com Elizabeth Vásquez. In: *Íconos - Revista de Ciencias Sociales*, número 35, Quito, septiembre 2009, pp. 97-101. Disponível em <http://www.flacso.org.ec/docs/i35vasquez.pdf>

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. In: *Debate Feminista*. Ed. Especial Cidadania e Feminismo, México / São Paulo, 1999, p. 29 a 47.

PRECIADO, Beatriz. *Testo Yonqui*. Madrid: Editorial Espasa, 2008.